



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

Mapa do conflito no Território Tradicional Pataxó e gestão ambiental participativa

Autoria: Samara Carvalho Santos

Dentre os inúmeros conflitos e problemáticas enfrentadas pelos povos Indígenas do Brasil, existem aqueles que dificultam o gozo e usufruto de suas terras tradicionais, e nessa senda há de se ressaltar que para além dos recorrentes casos de conflitos que muitas vezes envolvem as comunidades indígenas e a invasão de suas terras por mineradores, madeireiras, latifundiários, bem como a remoção desses povos dos seus territórios tradicionais para a construção de hidrelétricas, estradas e ferrovias, há também um outro problema que tem afetado essas populações, o qual consiste na sobreposição de unidades de conservação (UC) sobre as terras indígenas (TI). Para melhor elucidar essa problemática, o presente work abordará a luta do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia, mais precisamente o conflito entre o Território Tradicional Pataxó de Barra Velha e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) que é uma Unidade de Conservação (UC) e ainda a gestão compartilhada do Parque.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

